

DINÂMICA SOCIOAMBIENTAL NO BAIXO RIO BRANCO, ESTADO DE RORAIMA, BRASIL

GIOVANNI DE FARIAS SEABRA

Doutor em Geografia Física

Professor Visitante - Universidade Federal de Roraima¹

gioseabra@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho relata os resultados parciais alcançados com a execução do Projeto Baixo Rio Branco: experiências e vivências, realizado através da Pro - Reitoria de Extensão e Pesquisa da Universidade Federal de Roraima. Os produtos apresentados correspondem aos dados colhidos e analisados em levantamentos bibliográficos e documentais, acrescidos de dois trabalhos de campo realizados nos meses de outubro de 2018 e maio de 2019. O principal objetivo é compreender a dinâmica socioambiental e econômica na Região do Baixo Rio Branco, na porção meridional do Estado de Roraima. A realidade amazônica vivenciada, no decorrer da pesquisa abrange dezesseis povoados ribeirinhos, interligados numa relação de interdependência e mútua sobrevivência. As visitas às comunidades priorizaram os eixos temáticos qualidade de vida, educação básica, educação ambiental, trabalho e renda, segundo a leitura através das experiências e vivências dos pesquisadores envolvidos. **Palavras-chave:** Amazônia; Baixo Rio Branco; comunidades ribeirinhas; dinâmica socioambiental.

SOCIAL AND ENVIRONMENTAL DYNAMICS IN LOW RIVER WHITE, RORAIMA STATE, BRAZIL

ABSTRACT: His paper reports the partial results achieved with the implementation of the Low River White Project: experiences, carried out through the extension and research the Federal University of Roraima. The products presented correspond to the data collected and analyzed in bibliographic and documentary surveys, plus two fieldwork carried out in October 2018 and May 2019. The main objective is to understand the socio-environmental and economic dynamics in the Low River White Region in the southern portion of the state of Roraima. The Amazonian reality experienced during the research encompasses sixteen riverside villages, interconnected in a relationship of interdependence and mutual survival. The visits to the communities prioritized the thematic axes quality of life, basic education, environmental education, work and income, according to the reading through the experiences of the researchers involved.

Keyword: Amazon; Lower River White Region; riverside communities; socioenvironmental dynamics.

DINÁMICA SOCIOAMBIENTAL EN EL BAJO RÍO BRANCO, ESTADO DE RORAIMA, BRASIL

RESUMEN: Este trabajo reporta los resultados parciales alcanzados con la ejecución del Proyecto Baixo Rio Branco: Experiencias y vivencias, realizado por el Sub-Rectorado de Extensión e Investigación de la Universidad Federal de Roraima. Los productos presentados corresponden a los datos recolectados y analizados en estudios bibliográficos, análisis documentales y en los trabajos de campo realizados en los meses de octubre de 2018 y mayo de 2019. El objetivo principal es comprender la dinámica socioambiental y económica en la Región del Bajo Río Branco, en la parte sur del Estado de Roraima. La realidad amazónica vivida, en el transcurso de la investigación, abarca dieciséis pueblos ribereños, interconectados en una relación de interdependencia y supervivencia mutua. Las visitas a las comunidades priorizaron los ejes temáticos calidad de vida, educación básica, educación ambiental, trabajo e ingresos, de acuerdo a la lectura a través de las experiencias y vivencias de los investigadores involucrados.

Palabras clave: Región amazónica; Baixo Rio Branco; comunidades ribereñas; dinámica socioambiental.

¹ Endereço para correspondência: Departamento de Geografia - Campus Paricarana. Avenida Cap. Ene Garcez, 2413. Bairro Aeroporto - CEP: 69304-000, Boa Vista, RR - Brasil.

Introdução

A Região do Baixo Rio Branco, no estado de Roraima, é o que podemos chamar um lugar longínquo, quando nos referimos às distâncias reais, em quilômetros, e os percursos que exigem horas e dias percorrendo as vias fluviais, principais artérias de transporte e comunicação entre as comunidades, povoados, vilas e cidades amazônicas.

O relato em tela é fruto das observações e experiências adquiridas no transcurso do Projeto Baixo Rio Branco: potencialidades e vivências, da Universidade Federal de Roraima, especialmente os trabalhos de campo realizados nos meses de outubro de 2018 e maio de 2019. A pesquisa compreende denso levantamento bibliográfico e cartográfico, e, sobretudo, os trabalhos desenvolvidos em campo para vivenciar os aspectos mais expressivos do Baixo Rio Branco, possibilitando compreender a dinâmica socioambiental e econômica das populações ribeirinhas.

O Baixo Rio Branco está localizado nas fronteiras meridionais do estado de Roraima com o noroeste do estado do Amazonas, tendo como limites planetários o céu, a floresta e as águas, elementos estes que, quando combinados, florescem na infinitude da paisagem equatorial. Em virtude da posição geográfica do Baixo Rio Branco, imerso nos confins da Amazônia brasileira, imaginamos que as grandes distâncias e as barreiras ecológicas da floresta e das águas protegem a região dos males da poluição e da degradação socioambiental. Todavia, não é o que ocorre, como veremos ao longo da narrativa.

Ao iniciarmos a primeira expedição, realizada em outubro de 2018, percorremos a região durante 11 dias, durante a estação seca. Ao partimos do pequeno porto, a jusante de Caracaraí, observamos a grande quantidade de redes de pesca, abandonadas e dependuradas nos barrancos e nas copas das árvores às margens do rio Branco, atadas a centenas de garrafas pets. Os vasilhames plásticos, reutilizáveis, são adaptados como boias para a sustentação das malhas, na estação das águas, com o objetivo ambientalmente e ecologicamente perverso de recolher toneladas de peixes em curto espaço de tempo. As redes de pesca cobrem grandes extensões do rio Branco e seus afluentes, como também furos, paranás e lagos. Esse tipo de pesca predatória é praticado pelos pescadores ribeirinhos e os temidos e célebres barcos geleiros. Em pleno período de defeso, as embarcações sobem os rios arrastando as malhas de 100 a 300 metros de comprimento, aprisionando peixes de todos os tamanhos, e também tracaajás, tartarugas, jacarés e botos. A equipe era formada de sete pesquisadores, vinculados à Universidade Federal de Roraima, acompanhados de três auxiliares, a bordo de dois barcos pequenos e frágeis, apelidados voadeiras. Os pesquisadores, em condições precárias, navegaram por 900 km de rios, lagos e igarapés. O trabalho revelou, inicialmente, que, estruturadas por meio de vasos comunicantes, as comunidades dependem umas das outras e todas são subservientes aos grandes centros regionais, mesorregionais e microrregionais, de Boa Vista, Caracaraí e Santa Maria do Boiaçu (Roraima); Manaus, Barcelos, Novo Airão e Moura (Amazonas).

Seguindo o cronograma do projeto, no período de 15 a 31 de maio de 2019, realizamos a segunda expedição exploratória, no período de quinze dias, com o objetivo de conhecer e vivenciar experiências nos povoados restantes e ainda mais remotos. Integrando a equipe, desta vez ampliada, além dos expedicionários da viagem anterior, um pesquisador da Universidade Federal de Roraima, três pesquisadores da Universidade de Rondônia, uma gestora ambiental e uma consultora socioambiental, além dos tripulantes.

O trabalho ora apresentado aborda, sobretudo, a segunda viagem de estudos ao Baixo Rio Branco, realizada na estação das cheias, quando caixas de isopor, sofás, geladeiras, latas de cervejas, garrafas plásticas e tubos de óleo desciam o rio ao sabor das águas. Após percorrer 140 quilômetros na rodovia 174, de Boa Vista à Caracaraí (RR), a expedição seguiu por vias fluviais mais de mil quilômetros, partindo de Vista Alegre (Caracaraí), chegando à foz do rio Branco no rio Negro. Desde o rio Negro, continuamos navegando pelos rios Xeurini e Jufari, além de uma série de canais e furos, com uma parada no município de Moura (AM),

subindo em seguida pelo rio Jauaperi, onde estão localizadas várias comunidades ribeirinhas, em território municipal de Rorainópolis (RR). A logística incluiu uma embarcação de maior porte, com apoio de duas lanchas, tripulação, serviço de bordo e 11 pesquisadores; ademais as condições climáticas eram favoráveis, uma vez que o rio estava cheio, sem formação de praias e bancos de areia, facilitando a navegação. No entanto, a viagem seguiu lenta nos dois primeiros dias, devido à ocorrência de problemas mecânicos no barco.

O Baixo Rio Branco

Serpenteando ao longo de 1300 quilômetros, o rio Branco é o maior curso d'água de Roraima e principal afluente do rio Negro, o qual, por sua vez, é o mais importante tributário da margem esquerda do rio Solimões, donde recebe a denominação de rio Amazonas. O estado de Roraima compreende uma superfície de 224.298,980 km², no qual a bacia hidrográfica do Rio Branco ocupa 204.640 km². A rede hídrica da bacia drena 80% do território roraimense, incluindo os rios Uraricoera, Tacutu (formadores do rio Branco), Catrimani, Mucajai, e Anauá. Salvo o rio Anauá, que apresenta considerável estado de conservação, o rio Branco e seus afluentes se encontram em franco processo de degradação, devido à poluição e contaminação das águas e o intenso assoreamento, causado pelas areias liberadas pelas atividades garimpeiras e depositadas nos leitos dos rios.

O Baixo Rio Branco se inicia na comunidade de Vista Alegre, próxima à sede municipal de Caracarái, e tem sua foz no Rio Negro (Amazonas), ao sul do arquipélago de Anavilhamas, no estado do Amazonas, percorrendo uma distância estimada em 388 km. (FREITAS, 2012). (Figura 1).

Figura 1: O Baixo Rio Branco na estação seca. Sacaí, município de Caracarái, RR.



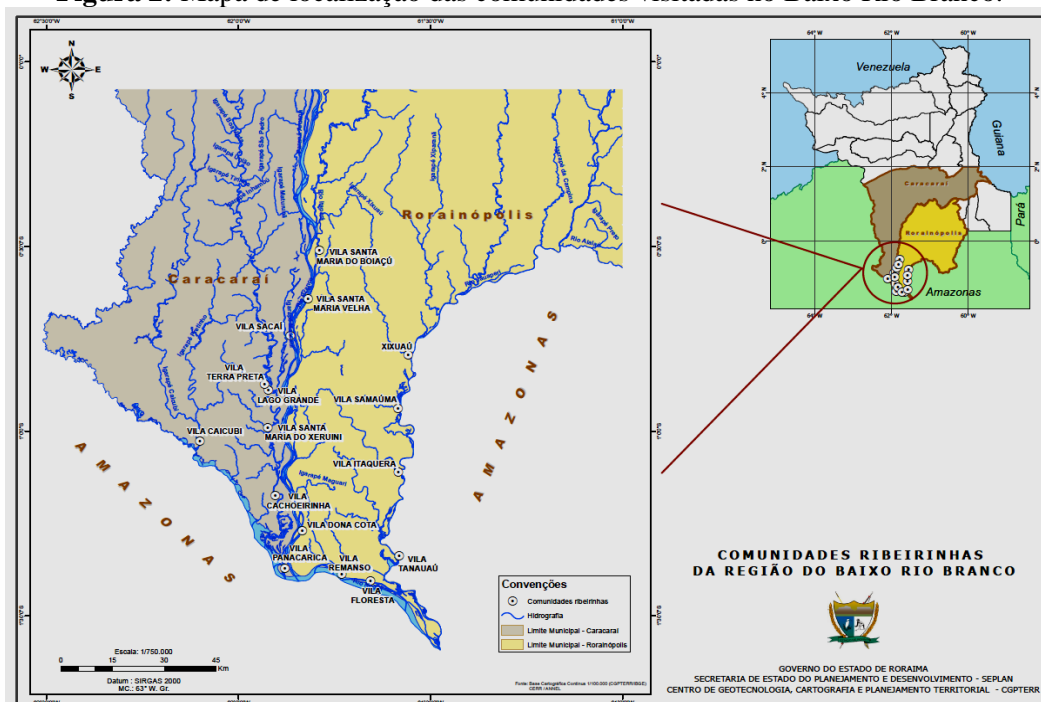
Fonte: Giovanni Seabra, 2018.

A complexa rede hídrica é formada de rios, igarapés, furos e paranás, escondendo dezesseis povoados ribeirinhos, habitados por populações especiais e esquecidas, no âmbito municipal, estadual e federal. A lógica do abandono é muito simples: a região exibe baixas densidades demográficas e, portanto, poucos e pobres eleitores. Quanto ao uso do termo comunidades ribeirinhas, no trabalho em tela utilizamos as categorias gravadas no Decreto Federal nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2017, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), em particular o Artigo 3º, inciso (s) I a II, que trata sobre os povos e comunidades tradicionais, territórios tradicionais e desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2007a). Os ribeirinhos são, portanto,

comunidades tradicionais que vivem em agrupamentos humanos dispersos e localizados, como o próprio termo sugere, ao longo dos rios, seus tributários e nas bordas dos lagos, mantendo uma relação particular com a natureza, sobretudo com os rios e a florestas, traduzida na incorporação de saberes conexos aos ciclos naturais e os componentes ecossistêmicos locais. No vocabulário amazônico, morar em várzea, significa habitar um terraço fluvial inundável e suspenso até 20 metros no nível da água na estação seca. Por conseguinte, na estação das águas, em algumas semanas o caudal transborda nas margens, invadindo as residências, escolas, igrejas e estabelecimentos comerciais construídos no piso das várzeas.

Algumas comunidades, umas mais e outras menos, incorporaram objetos e valores culturais obtidos com o fenômeno da globalização, sobretudo em decorrência da maior facilidade de comunicação, o uso de tecnologia moderna, e absorção de novos hábitos e alimentos industrializados. Ao adquirirem os costumes mundializados os povos ribeirinhos tornam-se menos tradicionais e mais globais. No entanto, ainda que tenham acesso às informações e notícias de outras regiões e países, os ribeirinhos preferem permanecer nas comunidades onde vivem, com receio de não poderem sobreviver nos grandes centros urbanos. São poucas as famílias com recursos, ou que mobilizam esforços surpreendentes para encaminhar os filhos aos centros maiores e relativamente perto como Caracarái, Rorainópolis, Manaus e Boa Vista, onde são oferecidos cursos de segundo grau e de ensino superior, como também mercado de trabalho mais amplo. Nesse contexto, apreender a dinâmica de uso e apropriação dos territórios ribeirinhos, em particular relacionada ao modo de produção e à qualidade de vida, nos instiga a uma análise da realidade social vinculada ao patrimônio cultural, aos arranjos produtivos locais e à gestão pública. As comunidades possuem relações comerciais associadas à economia das cidades de Rorainópolis, Caracarái, Manaus e outros vilarejos hierarquicamente estruturados. No município de Rorainópolis encontram-se as vilas de Santa Maria do Boiaçu, Santa Maria Velha, Remanso, Floresta, Bela Vista, Itaquera, Samaúma, Xixuaú e Dona Cota. Por outro lado, Sacai, Canauní, Lago Grande, Terra Preta, Cachoeirinha, Caicubí e Panacarica estão situados no município de Caracarái (Figura 2).

Figura 2: Mapa de localização das comunidades visitadas no Baixo Rio Branco.



Fonte: SEPLAN, 2019.

Para visitar as comunidades, percorremos, nas duas expedições, navegando mais de 2.000 km em rede hídrica amazônica. Todavia, existem as vilas fantasmas. É o fenômeno do comunicídio, quando os povoados evaporam, não por causa do calor extremo, mas sim, em razão das emigrações dos caboclos e suas famílias que jaziam em total abandono social, econômico e existencial.

Metodologia

Como método de pesquisa adotado, optamos por uma abordagem indutiva, possibilitando analisar os componentes sistêmicos para a compreensão da totalidade (SEABRA, 2009). O eixo metodológico conduziu ao arranjo territorial pesquisado, sendo este a expressão fenomênica da estrutura ambiental e socioeconômica, permitindo conhecer as contradições que regem a dinâmica espacial. Em sua vertente humanística, a metodologia propiciou captar a percepção que os moradores têm do ambiente em que vivem (TUAN, 1980), materializadas na cultura tradicional, no modo de vida e nos arranjos produtivos locais. O procedimento operacional baseou-se no levantamento bibliográfico e cartográfico, e uso de geotecnologias, como drone, gps, tendo como suporte entrevistas com as lideranças locais e moradores, e registros fotográficos para uma melhor compreensão do território, o povoamento e as relações socioambientais. Desse modo, as visitas às comunidades foram pautadas, sobretudo, nos modos de produção, arranjos, produtivos locais, qualidade de vida, educação básica e fundamental, educação ambiental e na qualidade de vida dos ribeirinhos. Como os dados populacionais são imprecisos, optamos por coletar as informações demográficas junto às lideranças locais e moradores mais antigos. A equipe de pesquisadores realizou reuniões com os moradores em todas as comunidades, com entrevistas e gravações de vídeo (Figuras 3 e 4).

Figuras 3 e 4: Reunião e vivências com as comunidades ribeirinhas: Terra Preta (1); Bela Vista (2)



Fonte: Roberto Carlos Caleffi, 2019.



Fonte: Giovanni Seabra, 2019.

Dinâmica territorial

No decorrer das expedições ao Baixo Rio Branco compreendemos a estrutura do povoamento ribeirinho e suas conexões economicamente hierárquicas, onde os principais polos mesorregionais são as cidades de Boa Vista, Caracaraí e Rondonópolis (Roraima) e Manaus, no Amazonas. Os polos atrativos microrregionais, por sua vez, são as vilas ribeirinhas com maiores adensamentos populacionais e serviços, representadas pelas localidades de Santa Maria do Boiaçu (Rorainópolis, RR); Novo Airão, Moura e Barcelos (Amazonas). Tais núcleos urbanos exercem grande influência nos povoados e vilas, e, por isso, denominamos circuito superior da economia urbana (SANTOS, 2008). As comunidades

ribeirinhas de menor porte, em área ocupada e efetivo populacional correspondem regionalmente ao circuito inferior da economia urbana (SANTOS, op. cit.).

Os indivíduos habitam essas áreas remotas devido às facilidades de apropriação dos territórios e usos dos bens naturais transformados em recursos. A ocupação das margens do Rio Branco foi incentivada nos anos 1980 e 1990, quando o governo do estado de Roraima doou lotes rurais aos ribeirinhos. Nas extensas áreas da bacia hidrográfica vivem populações típicas da Amazônia brasileira que se alimentam basicamente, dos produtos da floresta, dos rios e dos roçados, de acordo com a estação das águas e da seca. As atividades estão associadas à pesca, à caça, à cultura de subsistência, em particular, o plantio da mandioca para a produção da farinha, ao extrativismo da castanha do Brasil, do cupuaçu, do açaí, dentre outros. Tais atributos naturais são fundamentais para a qualidade de vida, geração de emprego e renda, e o bem-estar das populações. Nas comunidades, as casas são de madeira, construídas em sua maioria no modelo arquitetônico de palafita, devido ao regime de cheia dos rios. (Figura 5). As madeiras são retiradas da floresta, para a construção das casas, móveis, barcos e outros objetos utilitários e decorativos (Figura 6).

Figura 5: Casa sobre palafitas/Remanso



Fonte 5: Roberto Carlos Caleffi, 2019.

Figura 6: Marcenaria para construção de barcos/Taquara



Fonte 6: Claudia Neu; 2019.

Educação ambiental

Os problemas ambientais seguem aumentando geometricamente no Planeta, ocasionados e impulsionados com a aceleração do consumo, verificada tanto em segmentos sociais privilegiados como nas camadas menos favorecidas, acarretando aumento no gasto de energia e agravando a poluição dos ares, rios, mares e reservas aquíferas subterrâneas (SEABRA, 2013). A educação ambiental enfatiza a qualidade de vida e a sustentabilidade. Porém, na pós-modernidade, o bem estar está associado à aquisição de bens de consumo diversos descartáveis e duráveis. No Baixo Rio Branco o consumo é restrito, porque salário é coisa que praticamente não existe. O dinheiro é raro e circula restritamente, sendo comum o escambo, uma prática medieval em voga na Amazônia do terceiro milênio. Nas comunidades são considerados marajás, os médicos, professores, agentes de saúde, aposentados, comerciantes e os munícipes alimentados com o programa bolsa-família e outros auxílios governamentais.

Por outro lado, as comunidades do Baixo Rio Branco estão direta e indiretamente relacionadas às áreas protegidas da natureza, uma vez que alguns vilarejos localizam-se no interior de unidades de conservação ou tangenciados por outras. As áreas protegidas do Baixo Rio Branco de domínio federal são o Parque Nacional do Viruá, a Floresta Nacional Anauá, a Estação Ecológica Niquiá e a Reserva Extrativista Rio Branco – Jauaperi; são também encontradas na região a Área de Proteção Ambiental Baixo Rio Branco (estadual); e

a Estação Ecológica Caracaraí (municipal). Junto com os ribeirinhos, o escocês Chris Clark fundou a Associação Amazônia, estabelecendo parcerias com instituições do Brasil e exterior. A Associação Amazônia e a Coopxixuaú, cooperativa Xixuaú, sob o controle da bióloga italiana Emanuela Evangelista, mobilizaram esforços para a criação da Reserva Extrativista Rio Branco - Jauaperi, cujo movimento recebeu a sustentação das ONGs incluindo a Rede Rio Negro (patrocinada pelo WWF-Brasil, Fundação Vitória Amazônica e Instituto Socioambiental, ISA).

Criada em junho de 2018, a RESEX Rio Branco – Jauaperi está localizada entre Rorainópolis (RR) e Novo Airão (AM), contendo 581.173 hectares, no chamado Corredor Central da Amazônia - CCA. O entorno das unidades de conservação é habitado pelos grupos indígenas Yanomami e Waimiri-Atroari. No interior e bordas das áreas protegidas vivem as populações tradicionais ribeirinhas, cujo acesso, na maioria das vezes, somente é possível pelo ar ou pela água. Entretanto, perante a ausência quase absoluta de gestores, fiscais, analistas ambientais e ribeirinhos incumbidos da proteção ambiental, são frequentes ações devastadoras, como o garimpo de ouro e pedras preciosas, a retirada da madeira, a queima das florestas, a pesca predatória, a caça de animais silvestres, o apresamento de quelônios e a coleta de peixes ornamentais, entre outras atividades impactantes.

Convém destacar que a educação ambiental passa ao largo dos objetivos de criação das reservas da natureza e indígenas. Independentemente de ser área protegida ou não, a maior parte dos produtos comercializados é retirada *in natura* dos rios, igarapés, lagoas e da floresta, como peixes, quelônios, répteis, mamíferos, aves, madeiras, lenha, óleos e sementes. Ademais, algumas áreas são reservadas à pesquisa dos produtos e essências nativas e o ecoturismo internacional, ao passo que rios, igarapés e lagos são destinados à pesca esportiva de luxo. Como os custos são bastante elevados, o turismo ecológico e a pesca esportiva são especialmente destinados ao público estrangeiro. A pesquisa científica envolve a prospecção de minerais e produtos florestais, sobretudo, obedecendo a uma triangulação entre organizações não governamentais, institutos de pesquisa, comunidades indígenas e muito dinheiro oriundo de instituições financeiras, empresários e o terceiro setor, nacionais e internacionais (DEWAR, 2007). As ONGs cumprem o nefasto papel de servirem aos interesses internacionais, sobretudo as jazidas minerais e produtos florestais, sob o manto da proteção da floresta amazônica e ajuda humanitária aos indígenas (DEWAR, op. Cit.).

A Constituição Federal do Brasil define a Educação Ambiental como

os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Lei 9795 / 1999).

Nesses termos, a Amazônia, impotente perante o controle imponente e voraz do capital, vive à margem da educação formal e, portanto, da educação ambiental, sendo este um conceito um tanto abstrato, materializado tão somente em alguns raros lugares.

As leis cegas do mercado orientam o processo econômico pautado no interesse individual, guiado pelo espírito empresarial e sustentado pelo potencial tecnológico, legitimando uma racionalidade desvinculada das condições ecológicas de produção (LEFF, 2006). Desde os tempos coloniais, a região amazônica é queimada por fora e devorada por dentro, seguindo os célebres ciclos econômicos. Nos séculos XVI, XVII e XVIII as entradas e bandeiras buscavam as drogas do sertão, ouro, prata, pedras preciosas e o apresamento dos indígenas para servirem como mão-de-obra escrava; em meados do século XIX é iniciada a ocupação propriamente dita, com a instalação dos povoamentos ribeirinhos. À época era deflagrado o *boon* da borracha, quando as seringueiras eram intensamente exploradas para produção do látex, atendendo a crescente indústria automotiva e que prosperou até as primeiras décadas do século XX.

Com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, em 1966, e a abertura das rodovias de integração nos anos 1970, em nome do desenvolvimento regional, a devastação da Amazônia foi acelerada. Houve aumento da grilagem de terras, incentivos fiscais para aquisição, derrubada e queima da mata e a instalação de grandes fazendas de gado pertencentes aos grupos nacionais e multinacionais. O Programa de Integração Nacional – PIN, que direcionava as políticas territoriais na Amazônia, definiu três linhas de atuação desenvolvimentista:

- abertura de três rodovias de integração – Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Belém-Brasília;
- implantação do Programa de Colonização e Reforma Agrária, através da distribuição de glebas agropecuárias com extensão de 10km em ambas as margens das rodovias;
- transferência de 30% dos recursos financeiros dos incentivos fiscais para o Programa.

Traduzindo: as rodovias de integração e a SUDAM facilitaram a instalação dos grandes grupos econômicos na Amazônia, ao passo que os colonos eram abandonados à própria sorte. Nesse processo, as autoridades municipais, estaduais e federais agem como cúmplices dos grileiros quando estes reivindicam direitos sobre extensas glebas, falsificando documentos, como a declaração de ausência de índios e posseiros (OLIVEIRA, 2005). Nas décadas seguintes até os dias atuais a Amazônia vem padecendo como terra de ninguém, onde a ordem e o progresso sucumbem às forças motoras que destroem as florestas, degradam os solos, contaminam os rios, poluem os ares e exterminam as comunidades indígenas.

Com base nos livros publicados, artigos, notícias de jornais, e outras fontes de informação, são identificadas cinco grandes áreas de atuação do crime organizado na Amazônia brasileira (ARBEX Jr., 2005):

- Financeira: grupos locais, associados às redes e operações de fraudes financeiras e práticas lesivas ao Tesouro Nacional, incluindo evasão de divisas;
- Narcotráfico: máfias que promovem o tráfico de drogas, mais como transportadoras do que como produtoras;
- Biopirataria: é a transferência ilegal do recurso genético e/ou conhecimento tradicional associado à biodiversidade, sem a prévia autorização dos órgãos competentes;
- Madeiras: cerca de 3.000 madeiras extraem madeira, das quais 80% ilegalmente e, após o desbaste das toras, a mata é incendiada para abertura de pastos;
- Atividades associadas: são outras modalidades de extração e comércio dos recursos naturais, envolvendo grilagem de terras, lavagem de dinheiro, tráfico de armas, ouro, prata, minerais estratégicos, pedras preciosas, escravidão, prostituição, roubos de veículos e cargas, entre outros.

Uma das mais promissoras áreas de atuação do crime organizado na Amazônia é a biopirataria, terceiro negócio ilegal mais lucrativo do mundo, perdendo apenas para o tráfico de armas e de drogas, movimentando cerca de 16 milhões de dólares por ano (ARBEX Jr., op. Cit.). O tráfico de plantas, sementes, essências nativas e animais se movimenta sorrateiramente na Amazônia, escudado por projetos ditos científicos, subsidiados por instituições nacionais e internacionais e apoiados pelas populações locais indígenas e caboclas.

Neste contexto, o Baixo Rio Branco é um triste exemplo da degradação ambiental e social, e o abandono das comunidades ribeirinhas pelas políticas públicas é centenário. Ademais, a educação básica é um fiasco, pois não há transporte escolar, a merenda é escassa e irregular, os livros, quando existem, são amontoados em salas pequenas e escuras e os professores concursados raramente aparecem, porque, assim como os médicos, moram e vivem nos centros urbanos maiores. Os professores que habitam os povoados são exceção, pois residem a poucos passos da escola, onde ensinam aos próprios filhos, sobrinhos e a prole

dos vizinhos. Para otimizar os espaços exíguos, uma mesma sala de aula acomoda três ou quatro turmas, cujos alunos são de séries distintas e diferentes níveis e idade. A água servida aos alunos é retirada do rio, quase sempre sem qualquer tratamento, e armazenada nos garrafões para consumo.

Em quase todas as vilas são reutilizadas sucatas de eletrodomésticos, latas, garrafas pet e outros utensílios, servindo como objetos utilitários, decorativos e brinquedos. Em algumas comunidades existe o cuidado na varrição dos terrenos, limpeza das casas e ornamentos das varandas com arranjos de flores, seguindo os 5 Rs da Educação Ambiental - Reduzir, Reutilizar, Reciclar, Repensar e Recusar. Assim, velhas canoas desativadas são transformadas em canteiros para o cultivo de temperos, ervas e hortaliças, numa combinação harmoniosa com as palafitas (Figura 7).

Os ambientes das escolas, mesmo humildes, acanhados e escuros, são mantidos limpos e decorados com cartazes transmitindo mensagens educativas e ambientais, ao passo que as crianças são orientadas a manter o asseio pessoal e a limpeza da escola, sendo educadas para deixar as sandálias na porta do colégio. A mesma conduta é adotada nas suas casas, como hábito contumaz nas vilas ribeirinhas (Figura 8).

Figura 7: O “R” da reutilização de velhas canoas



Fonte 7: Giovanni Seabra, 2019.

Figura 8: Boas práticas de educação na escola, Terra Preta



Fonte 8: Claudia Neu, 2019.

O índice de satisfação da população do Baixo Rio Branco é alto, pois noventa por cento dos entrevistados asseguram que preferem viver onde estão. As crianças são alegres e se divertem com as brincadeiras infantis e banhos de rio. O rio, a floresta e o solo, lhes oferecem o peixe, a caça, o açaí, a castanha, a mandioca, a farinha, madeira para a construção das casas e barcos, medicamentos naturais e tudo o que é preciso para viver. Em levantamento efetuado junto à população tradicional do rio Jauaperi, com base na identificação e coleta de botânica ao longo das trilhas usadas pelos moradores, foram catalogados 280 indivíduos arbóreos, pertencentes a 137 espécies botânicas úteis aos povos da floresta. Ao longo de cada uma das trilhas foram escolhidas árvores com CAP (circunferência à altura do peito) $\geq 10\text{cm}$ ou palmeiras de qualquer idade para fazerem parte do estudo. As plantas eram agrupadas nas categorias alimento, construção, medicina, tecnologia de caça e pesca, tecnologia de transporte, tecnologia de artesanato e combustível (AMMANN, 2014).

O elevado índice de satisfação das comunidades ribeirinhas com a região onde vivem e as vilas onde moram é confirmado nas brincadeiras das crianças, nos banhos de rio, nas peladas de futebol masculino e feminino todos os dias no final da tarde. Nos festejos religiosos, onde predomina mais o profano e menos o religioso, dezenas de embarcações se deslocam até o local da festa, no mínimo uma vez por mês. No evento estão reunidas as equipes de futebol de ambos os sexos, bingo, tiro ao alvo, pau de sebo, desfiles das misses, música, dança e bebida, muita bebida (SEABRA, 2018).

Em termos de legislação, as comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco estão muito bem servidas. Entre as instituições que lidam com a questão, destacam-se o Ministério da Educação, a Secretaria de Educação do Estado de Roraima e as secretarias municipais; a Fundação Nacional da Saúde (Funasa), responsável pela infraestrutura e instalações operacionais relativas ao abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem, principalmente. Destacam-se, também, a já citada Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais que estabeleceu a criação e a execução, urgente, de uma política pública de saúde voltada aos povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2007a); a Lei 9.433/97 que define a Política Nacional de Recursos Hídricos, garantindo que os a água deve ser disponibilizada, seguindo os padrões de qualidade. Vale reforçar que a Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB), Lei 11.445/2007b, também garante aos cidadãos o acesso gratuito aos serviços de saneamento, os quais devem ser unificados no sentido de viabilizar a proteção do meio ambiente e as singularidades locais e regionais – todas voltadas para a dignidade à saúde, a integridade social e a melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2007). Todavia, a rede de esgoto é inexistente em todas as comunidades, onde constatamos a presença unânime da fossa negra, importante meio de contaminação, construída de forma rústica, e, eventualmente, a fossa seca, que permite condições mais higiênicas. Também existem casos de ausência de fossa, ou seja, os dejetos humanos são liberados numa área livre do quintal, da mata ou dentro do rio. Por conseguinte, existe elevado endemismo de doenças de veiculação hídrica, bem como mortalidade por viroses e diarreias, relacionadas ao consumo inadequado da água do rio e à falta de saneamento básico.

Nos últimos meses de 2018 e início de 2019, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) instalou em algumas comunidades equipamentos para abastecimento de água potável Salta – Z, modelo alternativo de uso comunitário no tratamento de água filtrada para ser consumida de maneira saudável pelos humanos. No entanto, a maioria das comunidades apontam problemas técnicos e, em alguns casos, sequer o sistema foi instalado. Como regra geral o fornecimento de água não inclui o encanamento, sendo necessário o uso de baldes e botijões para o transporte até as residências. Portanto, garantir o consumo de água potável, educação básica, atendimento médico e saneamento é o mínimo que se espera das políticas públicas.

Os dois circuitos da economia urbana no Baixo Rio Branco

A mudança na dinâmica do capital gerada pela revolução científico-tecnológica (LEFF, 2006; SANTOS, 1999) reflete na dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas e a transformação das relações de produção. Práticas e equipamentos modernos são utilizados paralelamente às técnicas de produção artesanal no Baixo Rio Branco. De uma lado, lanchas velozes, equipamentos de pesca de última geração, sistemas de iluminação, celulares... De outro, as rabetas, pequenas canoas de uso popular, uso de ferramentas simples no dia-a-dia, a pesca artesanal, o cultivo de mandioca e as casas de farinha. A dinâmica socioeconômica urbana do Baixo Rio Branco é, em parte, explicada a partir da teoria dos dois circuitos (SANTOS, 2008), uma vez que o povoamento está estruturado numa evidente relação de dependência direta entre os povoados de menor porte e os de maior dimensão. No contexto regional as vilas dependem das cidades, nos estados de Roraima e Amazonas, especialmente Rondonópolis, Caracará e Manaus.

Em razão de relações econômicas comerciais e de serviços, algumas comunidades se destacam por manterem relações com o exterior, a exemplo de Santa Maria do Boiaçu e Xixuaú, respectivamente, do circuito superior e inferior. Santa Maria do Boiaçu tornou-se um centro microrregional para recepção dos pescadores esportivos, que chegam de barco ou por via aérea. Próximos à Santa Maria, são também destinos turísticos para pesca esportiva, as vilas de Terra Preta e Canaunim. Xixuaú oferece pacotes ecoturísticos na região amazônica

do rio Jauaperi, precisamente no interior da área protegida Reserva Extrativista Baixo Rio Branco – Jauaperi.

O circuito superior

Pertencem ao circuito superior as cidades dotadas de equipamentos urbanos mais bem estruturados, a exemplo dos estabelecimentos de ensino médio e superior, hospitais, clínicas, supermercados e maior oferta de bens de consumo. Estas cidades e vilas são representadas por Manaus, Moura, Novo Ayrão e Barcelos (Amazonas); os aglomerados urbanos que integram o circuito superior no estado de Roraima são Boa Vista, Rorainópolis, Caracará e Santa Maria do Boiaçu.

- Rorainópolis

O município de Rorainópolis está localizado ao sul do Estado de Roraima, às margens da BR-174, cuja sede está situada a 291 km de Boa Vista, a capital do estado. A extensão territorial municipal perfaz 33.594 km² e a população estimada em 2018 alcançou 29.533 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). De tradição madeireira, no entorno da cidade estão instaladas várias empresas voltadas para o comércio de madeiras.

- Caracará

Localizada na margem direita do rio Branco, a uma distância de 140 km de Boa Vista, Caracará é apelidada cidade-porto por ter o maior movimento fluvial do estado. É o terceiro município mais populoso do estado, com 20.807 habitantes (IBGE, 2017). Mesmo sendo uma cidade planejada, a estrutura urbana é desorganizada, sem arborização e com vários prédios públicos e residências fechadas ou abandonadas, e o tráfego de veículos caótico.

- Santa Maria do Boiaçu

Considerada a *metrópole* microrregional do Baixo Rio Branco, Santa Maria do Boiaçu é a maior comunidade em área ocupada e número de habitantes, ostentando 700 moradores. Entre os povoados do Baixo Rio Branco, Santa Maria é a mais bem servida de equipamentos e serviços. Todavia, falta quase tudo.

No porto, os barcos são amarrados uns aos outros e nas toras flutuantes, pois não existe um simples trapiche para atracamento das embarcações. No lugar do píer uma grande voçoroca ameaça engolir a rampa de acesso ao povoado (SEABRA, 2019). (Figura 9).

Figura 9: Porto de Santa Maria do Boiaçu



Fonte: Giovanni Seabra, 2019.

O ordenamento das ruas, a localização das praças, do campo de futebol, dentre outros elementos intracomunitários, segue um padrão arquitetônico típico da Amazônia, com casas de madeira mistas (madeira e alvenaria ou palha e madeira). Seguindo a regra geral nas comunidades amazônicas, a rua principal de Santa Maria está próxima à margem do rio Branco e é caracterizada por um conjunto de casas enfileiradas e alternadas. Como em todos os povoados do Baixo Rio Branco, a energia elétrica é produzida por geradores a diesel. Contudo, o desperdício é evidente, observado na iluminação pública, estabelecimentos comerciais e residências, acesas durante 24 horas.

É importante ressaltar que a *metrópole* funciona como um ímã centralizador dos serviços básicos de saúde e segurança em relação às comunidades mais próximas do Baixo Rio Branco. Em razão da proximidade geográfica, as comunidades de Santa Maria Velha, Sacai, Canauinin, Lago Grande e Terra Preta têm uma interatividade maior com Santa Maria de Boiaçu. As demais comunidades, localizadas no rio Jauaperi (RR), estão inseridas no contexto do rio Negro, interagindo com as vilas de Barcelos, Novo Airão, Moura e a cidade de Manaus, pertencentes ao estado do Amazonas.

Quando surge a necessidade de deslocamento para outras comunidades ou para outros municípios dos estados de Roraima e Amazonas, a viagem transcorre em barcos e lanchas, ou, excepcionalmente por via aérea. Existe também uma pista de pouso, um posto policial, telefones públicos e internet gratuitos, além de duas escolas para ensinos fundamental e médio – a única do Baixo Rio Branco. Porém, as escolas estão fechadas desde o início do período letivo, pois os professores alegam as longas distâncias a serem percorridas desde Rorainópolis, onde fixaram residência. Por efeito demonstração, e motivos semelhantes, os professores estão ausentes na maioria das escolas ribeirinhas. Ademais, as instalações precárias, a falta de material escolar e da merenda, inviabilizam a regularidade das aulas.

Os serviços de saúde básica são insipientes para atender à demanda de Santa Maria e dos outros povoados, pois os equipamentos médicos, a medicação, e os profissionais de saúde (médicos, enfermeiros e agentes) são insuficientes perante a demanda. Os insetos, mosquitos e carapanãs acentuam a vulnerabilidade dos ribeirinhos de todas as idades; as doenças de pele e erupções cutâneas causadas por ataque de mosquitos e insetos são comuns. Contraditoriamente, os ribeirinhos produzem para a venda o óleo e vela de andiroba, repelente natural encontrado abundantemente na floresta. O hospital pouco oferece em termos de medicamento, dispendo quase e tão somente de remédios para pressão e diabetes. Esparadrapo, mercúrio e materiais para primeiros socorros não existem. Os dois médicos, sem fronteiras, um cubano e o outro peruano, que trabalham em Santa Maria, alternam-se a cada quinze dias, e prestam todo tipo de atendimento, inclusive partos. Nas outras 15 localidades as crianças vêm ao mundo pelas mãos das parteiras. Por outro lado, segue em reforma uma Unidade Básica de Saúde (UBS), cuja inauguração estava prevista para outubro de 2018.

Em Santa Maria do Boiaçu e nos povoados menores das cercanias ocorre o fenômeno da invasão dos índios Yanomami. A migração dos indígenas para os povoados e sítios do Baixo Rio Branco é decorrência dos cortes nos recursos federais na Fundação Nacional do Índio – FUNAI e da pressão dos garimpeiros no território indígena, sobretudo nas regiões do alto e baixo rio Catrimani. Aproveitando a correnteza das enchentes de abril a agosto, os índios descem remando durante dias até um lugar onde possam ser acolhidos. São famílias formadas de adultos e crianças e poucos falam a língua portuguesa. Os indígenas se instalam nas casas de farinha, galpões, casas abandonadas, sítios e acampamentos improvisados na floresta próxima aos povoados. As atividades atribuídas mais comuns são a limpeza dos roçados, dos sítios, dos quintais e a derrubada e queima da mata para dar lugar às pastagens, por encomenda do patrão. Fato corriqueiro é encontrar os indígenas, sós ou em grupos, perambulando pelas ruas dos povoados mendigando roupas e alimentos (SEABRA, 2019).

Em alguns casos, moradores reciclam materiais como as latas de cerveja ou refrigerante e o cobre, e vendem para atravessadores que os levam para a cidade de Rorainópolis (RR) ou a vila de Moura (AM).

O circuito inferior

Por efeito demonstração, a situação de vulnerabilidade de grande parte da população que habita as cidades e vilas do circuito superior (SANTOS, 2008) é agravada, e muito, quando atinge as localidades pertencentes ao circuito inferior, ou seja, as pequenas e micro vilas ribeirinhas. O isolamento das comunidades, as longas distâncias fluviais percorridas, as dificuldades logísticas, a educação básica inexistente ou precária, a ausência de saneamento, a elevada incidência de doenças, o ineficaz atendimento médico, a escassez de água potável, e a pobreza são fatores que impulsionam o índice de Desenvolvimento Humano – IDH para baixo. Os serviços de transporte e telecomunicações, por sua vez, deixam muito a desejar. Embora algumas poucas vilas mantenham serviço telefônico gratuito com orelhões instalados e pontos de internet em alguns lugares, os serviços funcionam precariamente. Por outro lado, a maioria das comunidades não dispõe desses serviços, tampouco transporte regular, eternizando uma situação de deriva no tocante às políticas públicas.

Em alguns povoados foram instalados, total ou parcialmente, o sistema Salta – Z, para abastecimento de água potável para o consumo humano. Porém, são frequentes as vilas onde a água é consumida diretamente do rio sem qualquer tratamento; o fato diz respeito inclusive à água servida aos alunos nas escolas. Outro aspecto negativo do equipamento é a inexistência de uma rede de encanamento para levar água tratada até as residências. É costume dos moradores jogar as vísceras de aves e peixes no quintal. Esse é um dos principais motivos pelo qual cães e urubus vagam aos bandos pelas ruas e quintais.

A maioria dos domicílios faz uso de fossas negras, um simples buraco para depósito dos dejetos humanos, resultando na contaminação direta do solo e do lençol freático. De modo geral, o lixo é enterrado ou queimado; resíduos sólidos industrializados (garrafas pet, objetos plásticos, eletrodomésticos, dentre outros) são lançados diretamente no rio.

Na opinião dos ribeirinhos, faltam projetos governamentais efetivos para o bem-estar e o desenvolvimento comunitário. Para eles, as ações de governo abrangem questões imediatistas e os resultados não são satisfatórios para a localidade. O sistema de saúde e saneamento carece de uma atenção especial dos gestores públicos, fato explicado pela invisibilidade política das pequenas comunidades. Em virtude da proximidade geográfica, as comunidades de Santa Maria Velha, Sacaiá, Canauinin, Lago Grande e Terra Preta têm uma interatividade maior com Caracará e Santa Maria do Boiaçu, ao passo que as demais, localizadas na confluência com o rio Negro, ou às margens do rio Jauaperi (RR), estão voltadas para Manaus, Barcelos, Novo Airão e vila de Moura, no estado do Amazonas.

Situada a 16 km de Santa Maria do Boiaçu, na comunidade de Santa Maria Velha moram 12 famílias. Como na maioria das localidades ribeirinhas, não existe saneamento básico, tampouco esgotamento sanitário. No povoado está instalado o sistema Salta – Z, para tratamento e armazenamento da água retirada do rio. No entanto, não há água encanada nas residências e os moradores utilizam o poço artesiano e a água recolhida diretamente do rio.

A comunidade de Sacaiá possui uma pequena infraestrutura urbana, com opções de lazer e serviços intracomunitários - escola, internet, igrejas evangélicas, campo de futebol e um pequeno comércio (Figura 10). O efetivo populacional é de aproximadamente 230 habitantes, distribuídos entre 50 famílias. Não obstante a razoável estrutura urbana, os moradores convivem com o desafio das águas do rio Branco, que nas enchentes se elevam 15 metros e transbordam os barrancos, inundando o povoado e deixando as famílias ilhadas em suas próprias casas.

Vale mencionar, em Sacaiá, os corriqueiros ataques dos morcegos. No decorrer da primeira expedição, quando pesquisadores e a equipe de apoio dormiam nas redes em uma

marcenaria de barcos, sobre palafitas e sem paredes, houve o ataque dos morcegos na madrugada. Foram vitimados o coordenador do projeto, o jornalista e o piloto do barco. Mesmo sendo comuns os ataques dos morcegos hematófagos em Sacai e em outros povoados ribeirinhos, a medicação só foi possível dias depois, quando as vítimas foram atendidas em Boa Vista. Ao serem indagadas se sofreram mordidas de morcegos, 12 crianças asseguraram que haviam sido atacadas.

Figura 10: O Baixo Rio Branco na estação das chuvas.
Comunidade de Sacai, município de Caracaraí, RR.



Fonte: Giovanni Seabra, 2019.

No povoado de Terra Preta moram 75 famílias que se comunicam usando telefones celulares com aproveitamento dos sinais de internet, assim como na maioria das comunidades. Em determinadas áreas da Vila encontra-se lixo, em particular nos barrancos, no entorno de algumas casas e na beira do rio. Os locais mais limpos são a escola e a igreja evangélica. A água potável consumida é fornecida pela estação Salta – Z, porém sem distribuição por encanamento. No entanto, permanece o hábito de consumir a água do rio, e, alguns utilizam hipoclorito de sódio ou fervura.

Em Canauaní, onde residem 48 famílias, existe uma escola de ensino fundamental, um comércio pequeno e uma igreja evangélica. Mas, as salas de aula são muito exíguas, escuras e abafadas. O banheiro, imundo e sem portas, situa-se em um anexo atrás da escola. No povoado persiste o consumo da água do rio e dos poços artesianos, pois o sistema Salta – Z da Funasa não foi instalado. Outro aspecto preocupante é o atendimento médico aos moradores, pois não há profissionais de saúde disponíveis na comunidade.

Segunda maior comunidade do Baixo Rio Branco, Cachoeirinha é uma das vilas mais bem estruturadas. Possui uma pequena infraestrutura básica e serviços, como posto de saúde, igrejas, escola, internet, energia elétrica a diesel e abastecimento de água potável (sistema Salta – Z). Observa-se a ausência de saneamento básico frente às demandas intracomunitárias; ademais falta esgoto, coleta de lixo dentre outras ações públicas de saúde. O acesso aos municípios dos estados de Roraima e do Amazonas é limitado em razão do custo e logística de deslocamento, devido à distância entre as localidades, exigindo horas ou dias para alcançar o destino.

A vila de Caicubí, com 500 habitantes, está situada no rio Jufaris, próximo ao rio Negro. O ingresso à comunidade é realizado através de um labirinto de pequenas ilhas e canais, onde são observadas as campinaranas, vegetação de porte arbóreo que ocorrem associadas às campinas, assemelhando-se a um imenso pântano. As poucas ruas do povoado estão sinalizadas com mensagens educativas sobre a importância em se manter as vias e os quintais limpos. Há escola, internet, sistema de energia à diesel, arruamento sem

calçamento, posto de saúde, campo de futebol, igrejas evangélicas, dentre outros equipamentos e serviços intracomunitários. Mesmo com o fornecimento de água tratada, o principal problema identificado na vila está relacionado à baixa qualidade de vida, sobretudo no que diz respeito à inexistência de esgotamento sanitário e coleta de lixo.

Situada num ponto estratégico da desembocadura do rio Branco no rio Negro, a comunidade de Panacarica as 12 famílias residentes sobrevivem da pesca de subsistência, da agricultura e do extrativismo. Embora esteja localizada na rota do tráfego amazonense, não há posto de saúde, nem escola, tampouco estabelecimentos comerciais. As compras e vendas do dia-a-dia são operadas diretamente nos barcos.

Na vila Floresta residem em torno de 15 famílias, totalizando 120 habitantes. As casas são do tipo palafitas, e, no período das cheias, a comunicação entre os moradores é feita de barco. A infraestrutura resume-se em uma igreja e uma escola do ensino fundamental. A energia é abastecida por um gerador a diesel e, como na maioria das localidades ribeirinhas, há um instável sinal de internet. De acordo com os moradores nunca existiu políticas de saneamento básico na comunidade e, tampouco apoio para a construção de um posto de saúde equipado com medicação e profissionais de saúde. A água é consumida diretamente do rio, sem tratamento. Alguns utilizam hipoclorito de sódio ou fervem a água para beber. Importante ressaltar que na Floresta não foi instalado o sistema Salta – Z. Como não há coleta do lixo, os resíduos são queimados ou enterrados. Para os moradores, existe um esquecimento por parte dos gestores públicos de Rorainópolis, principalmente no tocante ao atendimento médico. Percebe-se, portanto, que os principais problemas identificados na localidade estão relacionados à qualidade de vida, em particular a água tratada para o consumo humano. Apesar da riqueza dos recursos hídricos, a água disponível é inadequada ao consumo, e é um dos motivos apontados pelos moradores para os altos índices de diarreia e doenças correlacionadas ao consumo da água contaminada.

Na comunidade de Remanso vivem 36 famílias. Todas vivem em casas do tipo palafita, em decorrência do período chuvoso, e para se protegerem de ataques de animais. O modelo de fossa utilizado é a negra, quando não, utilizam o rio e a mata para fazerem suas necessidades básicas. Assim, como ocorre noutras localidades ribeirinhas, no período chuvoso os dejetos humanos são depositados no rio, onde crianças e adultos tomam banho e se servem com a mesma água para consumo.

Nesse ambiente extremo e insalubre, educação ambiental é um conceito um tanto abstrato, materializado tão somente em alguns raros lugares, como na comunidade Bela Vista e Taquara, no rio Jauperi (Figuras 11 e 12). Bela Vista desperta a atenção na limpeza dos quintais das 12 únicas casas decoradas com plantas e flores, todas pertencendo à mesma família, cujo chefe do clã é também o pastor da igreja e dono da mercearia. Todavia, poucos são os serviços oferecidos na localidade, onde vivem 10 famílias e população estimada de 30 habitantes. Todos os moradores são evangélicos, sem comunicação via internet, e possuem apenas televisão e rádio como atrativo e/ou lazer, pois nem campo de futebol é permitido, tão pouco a presença de bebida alcoólica e drogas. Como não há atendimento médico regular, as famílias fazem uso de plantas medicinais para curar as doenças. Os moradores aguardam durante meses na expectativa da chegada dos Doutores das Águas. Nos casos mais graves, os enfermos são transportados para os municípios de Rorainópolis (RR) ou Novo Ayrão (AM). O lixo é queimado ou enterrado e a energia é fornecida por meio de um gerador a diesel o qual, na ocasião da visita se mantinha danificado, havia 45 dias. Em uma das casas sobre palafitas, assim como as demais residências, uma paca, órfã de pai e mãe, dividia um dos quartos com uma das meninas. Havia um mês e meio que a comunidade estava imersa no escuro da floresta porque o gerador a diesel estava quebrado. No mundo das trevas do Baixo Rio Branco os mortos são sepultados na selva, ou trasladados para algum povoado à jusante onde existem cemitérios (SEABRA, 2019).

Com 138 habitantes, Taquara é um dos povoados mais bem estruturados e limpos, tornando-se conhecido por causa das ações empreendidas ecologicamente corretas da

população, especialmente no tocante à reciclagem e reaproveitamento dos resíduos sólidos. No povoado não há unidade de saúde, mas constatamos a presença de um agente, e uma pequena infraestrutura, com serviços como escola do ensino fundamental, iluminação abastecida por um gerador a diesel, igreja evangélica e internet. As casas são adornadas com artefatos decorativos elaborados com material reciclado. Segundo os moradores, a comunidade recebeu três prêmios da OSCIP – Organização da Sociedade Civil Doutores das Águas, pela prática sustentável. Contraditoriamente aos prêmios ambientais recebidos, o rio Jauaperi é a principal fonte de água para consumo, ao qual a cor escura e o sabor da água são as principais reclamações; os sintomas de diarreia são atribuídos à qualidade da água consumida. Para os moradores, se faz necessária a implementação de medidas efetivas de saneamento básico com o envolvimento participativo da comunidade.

Figura 11. Família de ribeirinhos (Bela Vista)



Figura 12. Educação ambiental (Taquara)



Fonte: Claudia Neu, 2019.

Xixuaú, com 60 habitantes, é um dos povoados mais remotos da Amazônia central, escondido no alto rio Jauaperi, no interior da RESEX Rio Branco – Jauaperi e nas cercanias da Reserva Indígena Waimiri-Atroari. A vila é dotada de infraestrutura básica, como escola de ensino fundamental, um telefone público gratuito (orelhão) e igreja evangélica. O telefone permite a comunicação da comunidade e turistas com qualquer parte do mundo. As ruas são limpas e algumas residências exibem recipientes destinados à deposição de lixo selecionado. No entanto, a equipe de pesquisadores observou moradores queimando e enterrando os resíduos sólidos, e também produzindo carvão para uso nos fogões residenciais. A população de baixíssima renda não pode comprar o gás de cozinha devido ao alto preço dos botijões e o transporte.

Porém, a escola estava fechada e o posto de saúde encontrava-se desativado por falta de medicamentos e profissionais. Atualmente, o atendimento médico à população é realizado por um agente de saúde e, eventualmente, pelos doutores das águas. As principais enfermidades estão relacionadas diretamente com a falta de saneamento e a água contaminada consumida do rio. Dentre as doenças diagnosticadas, estão a diarreia, as dores estomacais e as gripes. Uma parcela da população está vinculada à Cooperativa Agroextrativista do Xixuaú - Coopxixuaú, coordenada pela bióloga italiana Emanuela Evangelista, que opera o ecoturismo através da organização não governamental ONLUS Amazônia. Outros moradores estão atrelados a um projeto turístico da Associação Amazônia, dirigido pelo escocês Christopher Clark.

Todavia, empoderamento dos nativos é coisa que não existe. O poder é compartilhado entre os dois estrangeiros, direta e indiretamente, vinculados a organizações não governamentais nacionais e internacionais. Quase como súditos, os ribeirinhos prestam serviços aos líderes comunitários estrangeiros, trabalhando como guias, pilotos de barcos, camareiros, cozinheiros, garis e também na construção e manutenção dos equipamentos de hospedagem (Figura 13). Atividades tradicionais básicas de subsistência, como o cultivo de mandioca destinado à produção de farinha, são proibidas a fim de manter a floresta em pé,

para usufruto dos ecoturistas. Como é de se esperar, os poucos postos de trabalho são reservados aos amigos do rei, e da rainha. Os demais levam a vida como podem, navegando, sobrevivendo e resistindo, a duras penas. Entre os projetos desenvolvidos na região constam o Botânica Comunitária Xixuaú-Xiparinã, com apoio da ONG Amazon Charitable Trust, sediada em Londres, em parceria com o INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Manaus), e o Royal Botanic Gardens (Londres). A Associação Amazônica ONLUS gerencia o ecoturismo captando fundos e doações no exterior, sob o argumento de proteger a floresta, os índios e os caboclos. As vultosas somas arrecadadas pouco chegam aos ribeirinhos, o que é evidenciado na baixa qualidade de vida dos nativos (Figura 14).

Figura 13: Transporte de folhas para cobertura de equipamentos turísticos



Figura 14: Chalés para acomodação dos turistas



Fonte: Giovanni Seabra, 2019.

Dois pesos

Ao final da segunda expedição ao Baixo Rio Branco, constatamos que o cenário socioeconômico se diferencia por apresentar dois pesos e duas medias. De um lado figuram políticos, grandes empresários da pesca e do turismo, ONGs; na outra banda estão os ribeirinhos propriamente ditos – pescadores, professores, pequenos comerciantes, extrativistas, marceneiros e pilotos dos barcos. O primeiro grupo seduz o segundo com a política do pão e circo.

A qualidade de vida engloba vários segmentos sociais, político-administrativos, culturais e econômicos, com o objetivo de garantir às famílias a educação, energia, água potável, esgotamento sanitário, assistência na saúde e dentária, tratamento e destino final dos resíduos sólidos. Todavia, o estado de vulnerabilidade em que se encontram as comunidades visitadas, principalmente no tocante ao saneamento básico, abastecimento de água, saúde, educação e energia elétrica constata a inoperância do governo em níveis municipal, estadual e municipal, nas regiões inóspitas da Amazônia.

Os programas e ações da gestão pública, quando existem, ocorrem pontualmente, via-de-regra, em razão de troca por votos, sendo insuficientes para atender as necessidades emergenciais das comunidades. A vacância aberta pela ausência das políticas públicas abre espaço para a instalação de organizações e instituições exploradoras dos recursos florestais, culturais e humanos, com o objetivo principal de obter lucros elevados a custos reduzidos. Onde inexistem políticas públicas, tampouco assistencialismo das ONGs, resta às pequenas comunidades promover a autogestão sustentável baseada na microprodução local. Os rendimentos familiares básicos e suplementares são oriundos das microformas de arranjos produtivos locais, cujos insumos são colhidos na roça, no rio e na floresta.

No dia 27, partimos de Xixuaú com destino à vila de Moura, na margem direita do rio Negro, estado do Amazonas, com o intuito de abastecer o barco com combustível e gêneros alimentícios, indispensáveis ao prosseguimento da viagem. Dezenas de embarcações se espregiam na orla, atraídos por mais uma festa do interior. O povo na rua, música nas

alturas, pau de sebo, bingo, jogos de futebol e oratórios. Afinal era o dia da Padroeira Santa Rita de Cássia. No dia 28, seguimos para Caracaraí. A viagem seguiu demorada e cautelosa, em decorrência da cheia dos rios, dificultando a navegação no período noturno, sobretudo face aos perigosos bancos de areia e troncos flutuantes que descem os rios causando acidentes com as embarcações.

Durante o regresso, aproveitamos para fazer pequenas paradas em algumas comunidades, considerando que em parte delas havíamos permanecido poucas horas, tempo necessário para reconhecimento do terreno, entrevistas e registros fotográficos. Assim, obtivemos mais informações e apresentamos curtas metragens, produzidos com dados e imagens da primeira expedição, e enfocando a temática Baixo Rio Branco: potencialidades e vivências.

Após quatro dias navegando rio acima, ancoramos no porto de Caracaraí, em 30 de maio de 2019, de onde seguimos de ônibus para Boa Vista. Encerramos a expedição com a proposta de elaborarmos ao longo da duração do projeto relatórios técnicos, artigos, reportagens e audiovisuais para subsidiar novas pesquisas sobre ordenamento territorial.

Referências

AMMANN, S. **Etnobotânica de Árvores e Palmeiras em Três Comunidades Ribeirinhas do Rio Jauaperi, na Divisa entre Roraima e Amazonas**. 2014. 94f. Dissertação (mestrado em Botânica). Manaus: INPA, 2014.

ARBEX Jr., J. “Terra sem Povo”, crime sem castigo: pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia. In: TORRES, Maurício. **Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR – 163**. Brasília: CNPq, 2005. p.21-66.

BRASIL. Congresso Nacional. **Relatório Final da CPI das ONGs**. Brasília, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 03 de outubro de 2019. 2007^a.

BRASIL. **Lei Nº 11.445, de 5 De Janeiro de 2007. Política Nacional de Saneamento Básico**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm. Acesso em: 03 de outubro de 2019. 2007b.

BRASIL. **Lei nº 9.795 / 1999**. Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 03 de outubro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de Janeiro de 1997**. Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm. Acesso em: 03 de outubro de 2019.

DEWAR, E. **Uma demão de verde**. Os laços entre grupos ambientais, governos e grandes negócios. (2^a Edição). Rio de Janeiro: Capax Dei Editora, 2007. 503p.

FREITAS, A. **Geografia e história de Roraima**. Boa Vista: DLM, 2012.

IBGE. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/caracarai/panorama>, 2019. Acesso em: 24 de julho de 2019.

IBGE. **Mapa físico do estado de Roraima**. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas.html>. Acesso em: 26 de julho de 2019.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 555p.

OLIVEIRA, A. U. BR – 163 Cuiabá – Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Maurício. **Amazônia Revelada**: os descaminhos ao longo da BR – 163. Brasília: CNPq, 2005. p.67-183.

RODRIGUES, V. K. M. **“Comunidades Tradicionais”**: uso e apropriação do território em ilhas federais do rio Uraricoera-RR. 2016. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Federal de Roraima. Instituto de Geociências, Boa Vista, 2016.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. (2ª edição). São Paulo: Edusp, 2008. 433p.

_____. **A natureza do espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

SEABRA, Giovanni F. **Baixo Rio Branco, Roraima**: o Brasil dos esquecidos. Brasília: Notibrás, maio, 2019.

_____. Educação ambiental: conceitos e aplicações. In SEABRA, Giovanni F. **Educação Ambiental**: conceitos e aplicações. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013.

_____. **Pesquisa Científica**: o método em questão. Brasília: Editora da UnB, 2001.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

Sites consultados:

<https://www.doutoresdasaguas.org.br/>. Acesso em 16/10/2019, às 13:20.

<https://www.amazontrip.info/web/en/special-trips-in-amazon/>. Acesso em 14/10/2019, às 14:30.

https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/nossas_solucoes_na_amazonia/exp/expedicao_mariua_jauaperi/blog/?16420. Acesso em 09/10/2019, às 14:00.

<http://www.katerre.com/portal/>. Acesso em 09/10/2019, às 15:00

<https://www.pib.socioambiental.org/en/Not%C3%ADcias?id=192807>. Acesso em 09/10/2019, às 13:00

<https://www.amazoniabr.org/>. Acesso em 17/08/2019, às 18:00

Recebido em: 07/10/2019

Aprovado para publicação em: 20/12/2019